

## ATA Nº 006/2020

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de março de 2020 (dois mil e vinte), às 18h30min (dezoito horas e trinta minutos), por meio de videoconferência (conferência online), visando atender as recomendações das autoridades de saúde de distanciamento social pela pandemia causado pelo coronavírus (covid-19), com a presença virtual de 9 (nove) Vereadores, reuniu-se Extraordinariamente o Poder Legislativo. O presidente **ADRIANO ANTÔNIO SCHNEIDER** iniciou a Sessão saudando a todos e invocando o nome de Deus.

### **ORDEM DO DIA:**

Projeto de Lei nº 187-04/2020 que **ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 395-03/2003 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Em discussão: **Vereador João Celso Führ:** “Presidente, a gente já teve várias reuniões, já discutimos com professores, chamamos assessorias e o que me preocupa, Presidente, nesse Projeto, são as horas atividades que está previsto em lei, essas horas, isso com certeza os professores irão entrar com uma ação, eu queria que a jurídica colocasse para nós como isso vai funcionar.” **Presidente Adriano Antônio Schneider:** “Claro, não tem problema, Adriana, nossa jurídica, pode assumir.” **Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica):** “Boa noite. Bom, como o Rudi já havia falado antes, o direito de peticionar junto a justiça é um direito de todos, isso não quer dizer que elas irão receber o benefício. Como ele mesmo já falou, várias ações foram movidas e até hoje elas não tiveram ganho de causa, então assim, o que acontece hoje que eu tentei demonstrar para vocês, a nossa lei prevê que o professor terá 22 (vinte e duas) horas semanais, correto? Dessas 22 (vinte e duas), 18 (dezoito) seriam em sala de aula e as outras 04 (quatro) seriam já como horas atividades, então hoje, as professoras não estão trabalhando as 18 (dezoito) horas em sala de aula, elas já cumprem as 16 (dezesesseis) horas em sala de aula e 04 (quatro) em atividades extraclasse. Se continuar dessa forma, além de estar incorreto, porque não pode mais ser 22 (vinte e duas) horas, e sim, 20 (vinte) horas, também elas não estão cumprindo o que determina a lei nº 395-03, dessa forma, elas estariam descumprindo a determinação da lei, então no caso, a gente está regulamentando aquilo que elas já fazem. A questão do 1/3 (um terço) que elas falam, até na reunião de sexta-feira de manhã, a gente estava até construindo de o projeto mudar e ser

de 15 (quinze) horas, o Município abriria mão de 01 (uma) hora e os professores de 01 (uma). Mas, infelizmente, eu tenho que dizer para vocês, que a Assessora do Sindicato dos Professores não aceitou, ela que não aceitou, alguns professores até saíram chateados que por eles, já seria um ganho essa 01 (uma) hora, então, ela que bateu o martelo na reunião, a Assessora Jurídica do Sindicato dos Professores. Então é isso, gente, eu fiz uma pesquisa dos Municípios aqui da região, assim como coloquei 03 (três) para vocês, mas pesquisei mais de 10 (dez) Municípios, nenhum deles é diferente, são 16 (dezesesseis) horas em sala de aula e 04 (quatro) horas para que façam as atividades extraclasse. Eu sei que é um direito delas reivindicar, a classe está reivindicando, é um direito delas, nesse momento não é possível fazer, conversei com algumas delas, desde sexta-feira passada, algumas me procuraram no pessoal, outras por telefone, e eu coloquei para elas o seguinte: não é tudo o que elas querem, mas já é um primeiro passo, penso eu, e que daqui para frente a gente possa construir com diálogo, com muito diálogo, com os Vereadores, com os professores e a Administração, para a gente tentar buscar essas outras coisas que elas ainda não conquistaram. Também coloquei para elas que, se fosse fácil, qualquer outro Prefeito já teria feito, a gente não estaria discutindo se fosse fácil, é uma decisão bem difícil, o Chagas estava na reunião também, e o Chagas disse que compromete o financeiro do Município, então como o Prefeito vai entrar para o próximo ano, a gente não pode pensar só neste ano, entregar para o próximo Prefeito, que até agora a gente não sabe quem vai ser, não temos nem pré-candidatos ainda, formalmente, aliás, não temos candidatos, pré-candidatos temos, não sabemos para quem iremos entregar a Prefeitura, e a Prefeitura deve ser entregue da forma que o Município seja governável, então, hoje, o que é possível fazer, é isso. Não sei se respondi tua pergunta.” **Vereador João Celso Führ:** “Perfeito Adriana, já colocando mais um, a gente tem que acertar os pontos, a gente é cobrado, e essa decisão ficou para nós Vereadores decidir, é uma decisão complicada, a gente tem que ter o mínimo de cuidado para, também, não colocar os “pés pelas mãos.” Mas, a minha preocupação sempre é referente às causas trabalhistas, isso não é inconstitucional retirar um direito tendo adquirido os professores, agora a gente está com essa redução das classes, o que a Constituição fala sobre isso, queria que você colocasse isso para mim.” **Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica):** “Bom, João, como já foi amplamente demonstrado, ali com os valores, não está se tirando benefício nenhum dos servidores, estamos reajustando os padrões do nível, porque não se tem mais o nível 1 (um), como o Rudi falou muito bem antes.” Vereador João Celso Führ: “Não se tem o nível 3 (três), no caso.” Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica): “Não, hoje não existe mais o nosso nível 1 (um), que antes era só para quem tinha Magistério, já faz mais de 10 (dez) anos que não se pode fazer concurso para professor que não tenha graduação, então por isso, nível 1 (um) que saiu fora e o nível 2 (dois) ficou no lugar do nível 1 (um). Os 20% (vinte por cento) que elas dizem que perderam, está dentro daquele somatório, vamos fazer uma conta crua, não vamos fazer conta em pedaço, pega só o valor que hoje é

pago para os professores, R\$ 1.248,77 (Um mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e sete centavos), seria o nível 1 (um) atual, certo, então 25,4% (vinte cinco vírgula quatro por cento) em cima disso, multiplica, tu vai chegar nos R\$ 1.565,95 (Um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), não existe essa perda de 20% (vinte por cento), ela só está incorporada tudo na classe A.” Vereador João Celso Führ: “Perfeito.” Vereadora Anastacia Maria Schuster Zart: “‘Adri’, ali tu colocas em 24,5% (vinte quatro vírgula cinco por cento)?” Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica): “25,4% (vinte cinco vírgula quatro por cento), faz em cima dos R\$ 1.248,77 (Um mil, duzentos e quarenta e oito reais e setenta e sete centavos), quando, na verdade, o aumento dos servidores foi de 4,5% (quatro e meio por cento), certo?” Vereador João Celso Führ: “Minha colocação era essa e minha preocupação junto, porque estamos mexendo no plano de carreira delas, você imagina uma Professora que está prestes a se aposentar, ela teve todo esse currículo, todo esse trabalho de chegar até ali e ela vai estar perdendo com isso, claro que são questões diferentes, a gente tem que olhar um todo, mas isso me preocupa, me preocupa se hoje essas professoras entrarem, e pode entrar, como você já colocou, pode fazer uma ação contra o Município e todo mundo pode optar por isso, se ganhar ou não ganhar, isso não cabe a nós julgar, o que cabe a nós julgar hoje, é decidir esse Projeto, favorável ou não, em cima disso a gente tem que ter todos esses questionamentos e todo o cuidado.” Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica): “Inclusive na sexta-feira pela manhã, a Sinara, que também estava na reunião, que hoje é a Presidente do Sindicato dos Professores, pediu para o Rudi fazer a conta do salário dela no quadro, e na conta do salário dela, ela não perdeu nenhum centavo, então não é o caso dela e ela é uma das professoras que está para se aposentar. Assim, para a gente saber se alguém vai perder alguma coisa, só a gente pegando os 93 (noventa e três) professores e caso a caso calcular um por um, esse cálculo eu não fiz, eu cheguei a separar os valores de todos os professores, mas não cheguei a fazer esse cálculo, até porque só tenho o salário final delas, não sei o que é gratificação por triênio ou por quinquênio, então para mim ficou difícil.” Vereador João Celso Führ: “Perfeito Adriana, obrigado pelas colocações.” Vereador Jair Guerino Klein: “Presidente, eu acho que cada um quando tem um direito adquirido, tem que ir atrás, é o direito das professoras hoje, eu sou bem sincero, digo para vocês colegas, sempre estou do lado dos professores, porque se não fosse eles, nós não estávamos aqui hoje, não estava na frente do telefone, não estava o Prefeito e nem tinha Advogado, isso que tu fico indignado um pouco, e como a Sinara não ia perder nada, eu acho que vai perder sim, cada um vai perder um pouco, depende o nível, então digo assim, eu sempre estou do lado dos professores, depois dos pais, os professores, sempre digo isso, eles são muito pouco vistos na nossa situação, então, eu estou reprovando esse Projeto.” Presidente Adriano Antônio Schneider: “Jair, isso daqui a pouco o senhor poderá decidir se vai aprovar ou reprovar, mas o que quero dizer assim, como eu estive na reunião também quero falar um pouco sobre. Nós tivemos a reunião na Câmara de Vereadores,

teve vários Vereadores presentes, os que não tiveram, é porque estavam trabalhando. Na Sessão foi combinado que elas entrariam em contato com o Assessor Jurídico da Prefeitura e com o Prefeito, e elas não avisaram o pessoal da Administração. Depois, marcaram uma reunião que eu cheguei em cima da hora, o pessoal tentando me ligar, foi feita uma reunião onde foi marcado uma outra reunião com duas ou três professoras, Prefeito e Vice-Prefeito, Presidente da Câmara, Assessora Jurídica da Câmara, Assessor Jurídico Rudi, Chagas e a Secretária da Educação, mas o que aconteceu nessa reunião, a Adriana foi muito bem antes quando ela falou a questão das professoras, que elas estavam aceitando a questão das horas, estava tudo certo, a Administração iria perder 01 (uma) hora e as professoras 01 (uma) hora, só que a Assessora Jurídica do Sindicato não deixava ninguém falar, ela tomava conta do assunto, tanto que a Secretária da Educação que estava lá tentando ajudar, saiu fora da reunião, o Assessor Jurídico da Prefeitura saiu, o Prefeito saiu, todo mundo saiu por causa dela, se não fosse ela estar junto na reunião, estava tudo certo. Pra mim, é como a Adriana falou há pouco, o negócio dela é falar com os professores para colocar na justiça, para, sei lá, ganhar uma porcentagem em cima de cada professor, porque não estava defendendo muito, não, os professores, então vou dizer uma coisa para vocês, como o Jair colocou agora a pouco, esse Projeto é muito importante, os professores merecem, com certeza, os Vereadores, porque nós passamos pela sala de aula, alguns conseguiram chegar mais longe ainda na sala de aula, mas isso é mérito de cada um, cada pessoa, não teria advogado, médico, juiz, não teria nada se não fossem os professores, concordo contigo. Mas, no momento, a gente está passando por uma crise muito grande no país e no mundo todo, como a Adriana colocou antes, se fosse fácil, outras Administrações anteriores também teriam feito, a gente está aqui querendo fazer, mas claro, vai recair sobre quem, sobre os Vereadores, mas as professoras são uma das classes mais importantes do nosso país, só que nesse nosso momento, de hoje, coronavírus e outras coisas que estão acontecendo, a gente não sabe o dia de amanhã, eu quero dizer para vocês, vamos decidir esse Projeto, para tentar o bem do nosso Município, pensar nos próximos gestores, não podemos pensar hoje, temos que pensar daqui há cinco anos, dez anos, do que adianta darmos aumento de 30% (trinta por cento) ou vinte e poucos por cento, se daqui há 2 (dois) anos, 3 (três) anos, 10 (dez) anos, não iremos mais poder pagar os professores, daqui a pouco acontece como no Governo do Estado, passar trabalho para pagar os salários. Então essa é minha colocação sobre o Projeto.”

**Vereador Gustavo Henrique Richter:** “Conversando com nossa Assessora Jurídica, com a Secretária de Educação, o nosso Secretário de Administração, eu gostaria de fazer uma pergunta, até conversei com nossa Assessora, até para todos Vereadores ficarem a par, caso os Vereadores reprovem esse Projeto que regula o piso salarial dos professores, sabendo que hoje não se enquadra na lei, os Vereadores poderão responder judicialmente?”

**Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica):** “Bom, como a gente já conversou hoje a tarde, Gustavo, é uma situação bem complicada, eu até iria pedir licença no pronunciamento do Jair e

dizer que, eu respeito em muito os professores, até porque eu tenho uma irmã minha que também é professora, elas sabem muito bem o respeito que eu tenho por elas, conversei com várias delas inclusive, tentando fazer essa ponte das professoras, Administração e os Vereadores, para construir alguma coisa. Bom, se hoje a Câmara de Vereadores optar de reprovar o Projeto, não será pago o piso nacional que é constitucionalmente obrigatório a partir de 2020, primeiro ponto. Então, com certeza, irão haver ações judiciais dos professores. Segundo ponto, elas não vão ter os 4,5% (quatro e meio por cento) de aumento esse ano, irão ficar o ano inteiro sem salários reajustados, e irão entrar na justiça também pelos 4,5% (quatro e meio por cento). E justiça é assim, gente, não tem nada escrito que tem que ser feito assim, cada Juiz é uma sentença. Eu já vi situações aqui em Cruzeiro mesmo de entrarem com o mesmo Advogado na justiça, com servidores diferentes mas a mesma situação, uns ganharem e outros não, que é o caso das agentes comunitárias de saúde, podem conversar com elas que vocês vão ver, elas tinham o mesmo Advogado e algumas hoje ganham a insalubridade e outras não, então vai daquilo que o Juiz construiu para dar a sentença. Bom, o que pode acontecer com vocês, não estou dizendo que vai acontecer, mas se os professores entrarem na justiça em virtude do não pagamento do piso, o Município, através do seu Procurador, poderá dizer ‘não, temos um Projeto de Lei que foi enviado para a Câmara de Vereadores e os Vereadores que reprovaram o Projeto’, então, eles podem chamar vocês para a parte passiva também desse processo, porque na verdade a Administração fez e os Vereadores reprovaram, então, falei hoje a tarde para o “Foguinho” também, vocês estão entre a cruz e a espada de repente né, eu fico com o coração apertado de estar dizendo isso para vocês também, porque sei dos anseios dos professores, mas se a gente colocar de outra forma, quem não gostaria de ganhar mais? Todos nós queremos, todas as classes né.” **Vereador João Celso Führ:** “Presidente, queria colocar para a Assessora Jurídica Adriana, o que o colega Gustavo colocou, seria a mesma situação se a gente aprovar o Projeto e esses professores entrarem com uma causa judicial, então eu pergunto a doutora, vai haver causa judicial aos Vereadores também?” **Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica):** “Eu quero te dizer o seguinte, João, elas vão entrar com uma causa por que? Onde está provado que elas perderam? Isso não tem, ninguém conseguiu apresentar nenhum cálculo que elas irão perder na aposentadoria, nem elas conseguiram apresentar e como eu disse antes, foi feito um cálculo do que uma servidora hoje, em fase de aposentadoria, iria ganhar, e no caso dela, não houve essa perda, primeiro a gente tem que ver, vai ter a perda? Agora, se não for aprovado o Projeto, é certa que vai haver a perda.” **Vereador João Celso Führ:** “Mas doutora, na reunião que a gente estava com os professores, ficou bem claro que eles preferiam perder os 4,5% (quatro e meio por cento) e não perder os benefícios que estão colocados, deixaram bem claro, tanto que elas fizeram um abaixo-assinado, tanto que a senhora está com ele também, que as professoras assinaram, fizeram uma reunião entre elas e deixaram bem claro aos Vereadores que preferiam não receber os 4,5% (quatro e meio por cen-

to) e sim ficar com os direitos que hoje lhes cabe. Outra coisa, eu não estou querendo puxar para um ou para outro, mas sempre me preocupa essas situações, é um caso complicado.” **Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica):** “Posso te responder? Assim, Vereador João Celso, na reunião que a gente teve no Gabinete eu coloquei sobre o abaixo-assinado e pedi para a professora como tinha sido o feito essa questão do abaixo-assinado, porque em cima só diz ‘somos contra o Projeto de Lei nº 187-04/2020’, só isso que consta em cima, certo? Perguntei para ela se haviam me explicado sobre o Projeto, e a professora disse o seguinte, que falaram que se fossem contra o Projeto seria reprovado e iriam ganhar os 4,5% (quatro e meio por cento) e iriam na justiça conseguir o resto. E aí eu falei para ela, que não é bem assim, nenhum Advogado pode garantir, por isso estou dizendo para vocês que pode, eu não posso garantir, não sou juíza, não sou eu que vou julgar, irei me esmerar para defender vocês da melhor forma possível, dizendo que vocês foram pressionados a isso, sei lá, na hora a gente constrói uma defesa, se for o caso, então a gente não pode garantir o que o Juiz vai dar, então, naquele momento as professoras que estavam no Gabinete disseram ‘não, mas então nós queremos os 4,5% (quatro e meio por cento) porque não isso que foi nos dito, foi nos dito que iríamos ganhar de qualquer jeito através de uma liminar.’ Gente, liminar é o Juiz que dá, não sou eu, nem o Procurador do Município e nem Advogado nenhum.” **Vereador Gustavo Henrique Richter:** “Presidente, posso retornar a minha fala? Assim, como o colega João Celso colocou, chega a uma situação que alguns professores não querem, outros querem, porque fui procurado por algumas que queriam pelo menos os 4,5% (quatro e meio por cento), então fica uma situação difícil, ou aprova ou não aprova. Até conversando com a Secretária de Educação, ela comentou, creio que os demais Vereadores estão à par da situação também, que praticamente toda folha dos professores hoje é custada pelo FUNDEB, que é Fundo Nacional da Educação Básica, e que está para se encerrar no final de 2020 e sem saber se terá renovação ou não, o nosso Presidente da Câmara dos Deputados, disse que se renovado ele pretende tirar uma parte da educação e colocar em outra pasta, então é uma situação que nos coloca contra a parede, porque provavelmente se isso acontecer, virá menos dinheiro para educação e a folha irá aumentar, o custo aumentará para a Administração. Então na minha visão, no próximo ano, independente de quem esteja Administrando ou Legislando, se consiga com diálogo uma melhora gradativa a todos os professores, juntamente com a comissão dos professores que tiveram em reunião com os Vereadores e Administração, infelizmente não conseguiram chegar em um acordo. E a gente tem que lembrar também que se votarmos contra, o que vai acontecer, os professores não vão ganhar esse aumento de 4,5% (quatro e meio por cento), que também será um problema para quem tem um salário menor, para quem irá só ganhar o básico, ficará sem esse aumento também, então fica uma situação bem complicada, até o Rudi comentou, que devíamos pensar na saúde financeira do Município, não pensar só agora, acho que para nós seria fácil reprovar e dizer que no próximo ano irão ganhar, para procurarem seus

direitos, mas a gente sabe que a justiça, como a nossa Assessora falou, cada Juiz julga de uma forma, é complicado dizer se eles vão ou não ganhar uma causa, mas tem que ser uma decisão bem pensada, da mesma forma que a gente vai beneficiar alguns professores, a gente pode estar prejudicando outros, porque isso é fato, alguns querem e outros não, e pensar na saúde financeira do Município, porque será que daqui a 5 (cinco), 10 (dez) anos o Município vai conseguir pagar a folha? Não vai estar um caos que nem o Estado? O professor pode estar ganhando três mil reais, três mil e quinhentos reais, quatro mil reais, mas pode estar recebendo ‘pingado’ ou nem receber, é uma situação complicada para ser analisada.” **Vereadora Anastacia Maria Schuster Zart:** “Assim, concordo com o que vocês estão falando, mas uma coisa que me chamou atenção, acho que esse Projeto está de trás para frente, porque se está desde 2017 sentando com os professores, se fez todo um cronograma, se fez um plano de carreira junto com todos professores e as escolas, e pelo visto agora estão jogando de lado, porque eles tem, antes eu até esqueci de perguntar para o Rudi, onde está esse plano de carreira que foi construído pelos professores? E colocar assim, sim, eles tem uma Advogada que defende eles, né, Adriana, Jurídica, como nós também temos, nos defendendo, a gente agradece, porque você sempre esclarece as coisas para nós na Câmara, mas, o Sindicato também tem alguém que está defendendo eles. Eu acredito que vão perder muito, sim. Não podemos dizer que não. E nós pensarmos ‘ah, como vai ser o próximo gestor’, não sei quem vai ser o próximo gestor, claro que temos que pensar, mas hoje temos que pensar nos nossos professores, como o Jair colocou a pouco, eles que nos educaram, eles que estão na sala de aula recebendo nossos filhos, nossas crianças, eles que estão educando para a vida, não seríamos ninguém se não tivéssemos nosso professor. E se nós olharmos esse salário do professor em relação a um Secretário Municipal, as vezes fico com vergonha. Porque se nós olharmos, nenhum, ou quase nenhum, tem curso superior, se nós olharmos quem tem, que é a Administração, o Rudi Schneider, ele sim, e se olharmos os outros Secretários, ganham muito mais que um professor. Claro, se formos olhar, tem 20 (vinte) horas, 40 (quarenta) horas, mas, são pessoas que precisam se dedicar com nossas crianças. E eu acredito sim, se fala tanto, até a Adriana colocou há pouco, a jurídica, sobre o impacto, até hoje não foi dado o impacto que daria ao Município, se pediu ao Chagas, não se calculou, foi pedido um tempo determinado, 02 (dois) meses pelo o que a gente soube pelas professoras, mas ele não deu o impacto que daria, precisava mais tempo, se estamos desde 2017 sentando com os professores, porque até hoje ainda não se tem o impacto calculado? Então são outras coisas. Como algumas professoras falaram, a gente está escutando muito elas, desde ontem, hoje, ligações, mensagens, de a gente pensar muito no que vamos fazer hoje a noite, porque é a vida dos nossos professores que cuidam de nossas crianças, são uma das pessoas mais importantes, não digo os mais, porque os mais importantes são da área da saúde, mas estamos sabendo como hoje eles são importantes e temos que valorizar com toda essa questão do coronavírus, como esses profissionais são importantes ao nossos

Município. Então esses dois artigos, como eles nos colocaram, eles vem para nos ferrar, os professores dizem, e eu acredito realmente que está sendo isso, e essa carreira deles, está sendo desviado, então porque não tiraram o 1 (um) e deixaram o 3 (três)? Se o 1 (um) já realmente não precisa o ensino médio? Eu pergunto isso para a Jurídica até, porque ela disse antes que foi retirado o nível 3 (três), porque não foi retirado o nível 1 (um) ao invés do 3 (três)? Claro, os cálculos dão mais, mas assim, se nós aumentarmos o mínimo, e outra coisa, antes já falei para o seu Rudi, o Secretário, eu não consigo admitir que eles fizeram esse projeto unificado, porque o primeiro projeto só veio do piso padrão, o reajuste, e agora no substitutivo colocaram o aumento que é 4,5% (quatro e meio por cento). Para meu entendimento, é para nós nos confundirmos e aprovarmos o projeto, mas não concordo com o que está acontecendo aqui, posso até estar errada, como o Gustavo falou antes, do próximo gestor ter outros pagamentos, mas também temos que nos preocupar com as causas que serão encaminhadas via judicial, como a Jurídica também colocou, porque vai acontecer, porque assim, não consigo concordar, se tenho um salário hoje, porque o professor precisa se adequar, precisa estudar para ganhar 5% (cinco por cento) ou 10% (dez por cento a mais), e aí eu estou lá em cima e vou ganhar um salário menor? Então assim, eu sou muito contra esse projeto, acho que deveria ter vindo antes, como eu disse antes, acho que ele veio de trás para frente, porque se talvez a Administração tivesse nos chamado todos no primeiro instante, nos explicado, iríamos para casa fazer o tema de casa, ver com os professores o que está acontecendo, e assim a gente não pôde fazer, porque no dia que chegamos lá, o Projeto estava pronto e seria aprovado, mas como a gente as vezes tem uma luz lá no fundo, no fundo do túnel, eu tive essa luz, que a gente rever essa questão um pouco, se estão aumentando o salário e diminuindo horas, e aí, vai ter aumento? Vai ser reajustado realmente? Né, Jurídica Adriana, eu questionei a senhora a respeito disso e na questão de 1/3 (um terço) de horas, que seria retirada, então fica aí, eu estou muito sensibilizada com os professores hoje porque acho que eles vão perder muito, sim. Antes, queria ver mais uma coisa com a Jurídica. Antes o colega João Celso colocou se era constitucional ou inconstitucional a questão do não pagamento do 1/10 (um décimo) de hora-atividade, previsto na lei 11.738, se a Jurídica poderia me dar o parecer disso, se é constitucional ou inconstitucional?” **Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica):** “Sim, entendi. Olha, o STF (Supremo Tribunal Federal) ainda não se posicionou sobre isso, então quem sou eu para dizer se é constitucional ou não, as ações que foram entradas na justiça, os professores não ganharam, quem diz se é constitucional ou não é quando ação vai até o STF e ele vai dizer se é constitucional. Então, elas vão ter que entrar na justiça chegar até o STF com esse recurso, nenhum recurso foi até lá ainda.” **Vereador João Celso Führ:** “Presidente, só uma colocação rápida, queria colocar para a nossa colega Vereadora Anastacia. Anastacia, acho que foi um conjunto que reprovou esse primeiro Projeto, não foi só a senhora que examinou e reprovou esse Projeto, foi na Comissão de Constituição e Justiça, por unanimidade, os 5 (cinco)

membros que fazem parte, por unanimidade reprovaram esse Projeto, queria só colocar isso para a senhora, obrigado.” **Vereadora Anastacia Maria Schuster Zart:** “Sim, desculpa colega, na hora a gente se empolga ao falar, realmente foi na CCJ que depois a gente conversou e entendeu, mas no primeiro momento a gente tem que ter alguém com um passo a dar, então assim, agradeço que todos foram a favor de deixar o Projeto retirado, mas o primeiro passo que a gente deu foi ver que tinha alguma coisa que não estava bem certo, os cálculos não estavam de acordo com a matemática.” **Vereador Gustavo Henrique Richter:** “Presidente, assim, só para deixar bem claro, todos Vereadores são a favor dos professores, ninguém é contra, até porque saiu uma conversa nos bastidores que somente alguns Vereadores estavam a favor dos Vereadores, primeiro para deixar bem claro que nem todos os Vereadores fazem parte da CCJ, então isso é fato, muito fácil sair falando por aí que somente alguns Vereadores estavam a favor dos professores, que estavam vetando o Projeto inicial, mas tem que deixar bem claro que os demais Vereadores não fazem parte da CCJ e eles não tem a oportunidade de chegar lá e falar algo a respeito. Eu sempre fui um Vereador e uma pessoa que sempre respeitei e fui a favor dos professores, porque para mim a educação é a base de tudo, para criarmos um cidadão de bem, essa pessoa precisa passar pelo ensino que os professores irão lhe proporcionar, então não é minha opinião, até acho que os professores deveriam ganhar mais do que ganham, a questão é que se a gente tem condição ou não de pagar, é só isso, para deixar bem claro, porque acredito que eu com os demais Vereadores, todos estamos a favor dos professores, ninguém é contra, só que chegou uma situação bem complicada, onde poderiam ter sentado mais antecipadamente, conversado, dialogado, para chegar em um acordo e não chegar em uma situação agora que, os Vereadores, como disse a nossa assessora, entre a espada e a cruz, alguns irão ficar a favor, outros irão ficar contra, se tu vota a favor é metade da classe falando mal, se tu vota contra é outra metade, então fica uma questão bem constrangedora, eu sei porque estou em uma questão de família, a esposa de um primo meu está me questionando a respeito, e aí o que se faz?” **Vereador Celso Batista dos Santos:** “Para a Assessora Jurídica, qual é número de professores que têm na verdade?” **Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica):** “Hoje, o Município possui 93 (noventa e três) professores.” **Vereador Celso Batista dos Santos:** “E no abaixo-assinado consta o nome de todos, ou não?” **Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica):** “Em torno de 60 (sessenta) assinaram, mas como coloquei antes, na ideia deles, eles estavam assinando o abaixo-assinado para mudar esse projeto, porque viria outro para a Câmara com o que elas queriam, por isso assinaram, algumas delas. Outras, que são do Sindicato, 30 (trinta) delas, ou vinte e poucas, não sei o número exato, são associadas ao Sindicato, e essas que disseram que poderiam ficar sem os 4,5% (quatro e meio por cento).” **Vereador Celso Batista dos Santos:** “O restante dos professores também não ganharia, né?” **Adriana Isabel Schossler (Assessora Jurídica):** “Não, ninguém vai ganhar, ou todos ou ninguém. Essa questão de estou contra ou a favor dos professores, acho que não é

essa a questão hoje aqui, de alguma forma, digamos assim, o professor irá acabar perdendo alguma coisa, então de que forma os Vereadores poderão minimizar essa perda, certo? E o que a gente pode construir depois. Eu sou só a Assessora, tenho que responder só o que me perguntam, eu tentei durante o dia de ontem, o dia de hoje, buscar argumentos para vocês, para que possam votar com lucidez aquilo que for melhor para os professores, e contentar também a maioria dos professores, porque não conseguirão contentar a todos, sei disso, muito bem, vocês não irão contentar a todos, e então de que forma vocês irão conseguir minimizar as perdas, isso que vocês precisam colocar na balança antes de votar o Projeto, não é uma questão de gosto ou não gosto, estou a favor ou contra, acho que aqui todos passaram pela sala de aula, todos tem o respeito por professores, mas não é isso que está em questão agora.” **Vereadora Anastacia Maria Schuster Zart:** “Presidente, só quero complementar uma coisa, essa questão, eu volto dizer de novo, como o colega Gustavo comentou, porque esse Projeto não veio em dois ao invés de um só, como ele veio primeiro, aí a gente poderia avaliar melhor. E os 4,5% (quatro e meio por cento) que seria do direito já dos professores, esse teria sido aprovado tranquilo, assim, como a nossa Jurídica colocou, estamos entre a espada e a cruz, então assim, é bem complicado.” **Vereador Gustavo Henrique Richter:** “Presidente, só complementando, como a nossa Jurídica comentou e a Anastacia também agora, fica uma situação bem complicada pelo seguinte, porque a gente sabe que não vai agrada a todos, não vai ser unânime, indiferente quem votar a favor ou contra, mas assim, alguns professores, já está difícil a situação, e ficar sem esses 4,5% (quatro e meio por cento) de aumento durante o restante do ano, é uma situação bem complicada, bem constrangedora, mas obviamente, cada um irá tomar a sua decisão achando que é melhor, não é questão de gostar ou não, estar a favor ou não, todos tem respeito e gostam, é uma situação que não precisava chegar em um ponto desses.” **Presidente Adriano Antônio Schneider:** “Estava pensando a mesma coisa que tu falou Gustavo, as duas decisões são complicadas, entre a espada e a cruz, com a nossa Assessora colocou antes, no meu ponto de vista, tem professoras passando trabalho hoje e se nós não aprovar, ficarão sem receber aumento esse ano, daqui a pouco ano que vem também não haverá, por causa do coronavírus que está prejudicando todo mundo, então o melhor para elas hoje seria aprovando.”

Em votação, o Projeto foi **APROVADO** com **5 VOTOS FAVORÁVEIS** dos Vereadores Celso Batista dos Santos, Gustavo Henrique Richter, José Carlos Eckert, Leandro Luís Olbermann e da Vereadora Tamini Dalmoro Azevedo e **3 VOTOS CONTRÁRIOS** da Vereadora Anastacia Maria Schuster Zart e dos Vereadores Jair Guerino Klein e João Celso Führ.

CÂMARA DE VEREADORES DE CRUZEIRO  
DO SUL/RS, AOS 24 DIAS DO MÊS DE MAR-  
ÇO DE 2020.

**LEANDRO LUIS OLBERMANN**

Primeiro-Secretário

**ADRIANO ANTÔNIO SCHNEIDER**

Presidente da Câmara de Vereadores